Comunicados do Dea



25 de agosto de 2011



Governo Federal

Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

Ministro Wellington Moreira Franco

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas desenvolvimento brasileiro - e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Marcio Pochmann

Diretor de Desenvolvimento Institucional Geová Parente Farias

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais, substituto Marcos Antonio Macedo Cintra

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia Alexandre de Ávila Gomide

Diretora de Estudos e Políticas Macroeconômicas

Vanessa Petrelli de Correa

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, **Urbanas e Ambientais** Francisco de Assis Costa

Diretor de Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura, substituto Carlos Eduardo Fernandez da Silveira

Diretor de Estudos e Políticas Sociais Jorge Abrahão de Castro

Chefe de Gabinete Fábio de Sá e Silva

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação **Daniel Castro**

URL: http://www.ipea.gov.br

Ouvidoria: http://www.ipea.gov.br/ouvidoria

Comunicados do Ipea

Os Comunicados do Ipea têm por objetivo antecipar estudos e pesquisas mais amplas conduzidas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, com uma comunicação sintética e objetiva e sem a pretensão de encerrar o debate sobre os temas que aborda, mas motivá-lo. Em geral, são sucedidos por notas técnicas, textos para discussão, livros e demais publicações.

são Os Comunicados elaborados pela assessoria técnica da Presidência do Instituto e por técnicos de planejamento e pesquisa de todas as diretorias do Ipea. Desde 2007, mais de cem técnicos participaram da produção e divulgação de tais documentos, sob os mais variados temas. A partir do número 40, eles deixam de ser Comunicados da Presidência e passam a se chamar Comunicados do Ipea. A nova denominação sintetiza todo o processo desses produtivo estudos e institucionalização em todas as diretorias e áreas técnicas do Ipea.

Introdução*

Este comunicado analisa a execução orçamentária federal do exercício de 2010, destacando a trajetória dos gastos de ministérios e outros órgãos sociais. Os recursos aplicados nos programas e ações a cargo desses órgãos serão aqui abordados sob três enfoques: i) volume, ou seja, qual o montante de recursos aplicado pelos órgãos responsáveis pela área social; ii) nível de execução, isto é, quanto dos recursos autorizados foi de fato executado; e iii) perfil, qual a composição destas despesas.

Na quarta seção serão apresentadas informações sobre as despesas com benefícios sociais a servidores públicos (fundamentalmente Previdência e Assistência Médica, mas também determinados auxílios assistenciais e salários indiretos), que estão dispersas pelos ministérios responsáveis pelas áreas não-sociais do governo federal. Tais despesas devem ser consideradas para que seja possível elaborar uma estimativa do total do Gasto Social Federal em 2010.

Os estudos realizados pelo **Ipea** a respeito do dimensionamento e acompanhamento do Gasto Social Federal são conduzidos sob a metodologia de Área de Atuação. A reclassificação dos programas e ações de política pública em áreas de atuação permite uma aproximação maior com a finalidade última destas despesas junto à população. Isso representa uma vantagem sobre o enfoque institucional, que analisa a execução orçamentária por órgão – ministério ou secretaria –, pois muitas vezes, no interior de um mesmo órgão convivem programas e ações destinados a distintos objetivos sociais. Além disso, no longo prazo, órgãos e programas mudam de nome, são criados, descontinuados e recriados, portanto, tentar construir um conjunto de informações que atravesse vários anos e gestões seria inviável sob um enfoque institucional.

As vantagens de qualidade e precisão obtidas ao utilizar-se a metodologia de Áreas de Atuação têm um custo significativo em termos de prontidão e oportunidade. Normalmente, os trabalhos publicados pelo **Ipea** sobre o tema do Gasto Social Federal possuem uma defasagem de dois anos. Por isso retoma-se aqui um enfoque institucional para que se tenha uma primeira análise sobre o gasto social federal no ano passado.

Os ministérios ou órgãos federais relacionados são aqueles cujos recursos estão voltados para o atendimento das necessidades e direitos sociais, bem como para o

^{*} Este comunicado contou com a colaboração dos técnicos de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos Sociais do Ipea José Valente Chaves e José Aparecido Carlos Ribeiro, dos técnicos de Planejamento e Pesquisa da Assessoria Técnica da Presidência do Ipea (Astec) Renato Balbim e Lucas Ferraz Vasconcelos e da Assessoria de Comunicação (Ascom).

¹ Lei Orçamentária Anual, mais alterações aditivas ou supressivas aprovadas após sua publicação.

pagamento de ações de regulação, provisão ou produção de bens, serviços e transferências em dinheiro à população brasileira. Neste sentido, são considerados como pertencentes à área social os seguintes ministérios e secretarias especiais: Saúde, Educação, Trabalho e Emprego, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Previdência Social, Desenvolvimento Agrário, Cidades, Cultura, Arquivo Nacional, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Secretaria Especial de Direitos Humanos e Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente. Além das atividades desenvolvidas por estes órgãos públicos, acrescentam-se as operações de crédito que constam do orçamento do Ministério da Fazenda e que se destinam às áreas de Desenvolvimento Agrário, Educação e Saúde.

1. Recursos aplicados pelos órgãos responsáveis pela área social no ano de 2010

Em 2010, foram executados pelos órgãos públicos federais da área social recursos da ordem de R\$ 498 bilhões, o que corresponde a 33,1% do montante executado nos orçamentos fiscal e da seguridade social da União ou a 43,9%, se não se considerar o valor de R\$ 370,9 bilhões, referente ao refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal – a chamada "rolagem da dívida". Em relação ao PIB divulgado para 2010,² os recursos envolvidos representaram 13,6%. Conforme pode ser visto na Tabela 1, a absoluta maioria dos recursos executados na área social (95,4%) ficou concentrada em cinco ministérios: Previdência Social (53,7%), Saúde (13,5%), Educação (10,9%), Trabalho e Emprego (9,4%) e Desenvolvimento Social e Combate à Fome (7,9%).

 $^{^{2}}$ PIB 2010 = R\$ 3.675.0 bilhões, Fonte: IPEADATA.

Tabela 1 - Orçamento dos órgãos públicos federais da área social (execução) (2010 e 2009)

em R\$ bilhões correntes

	2010		2009	
Órgãos Federais	Liquidado	%	Liquidado	%
Ministério da Previdência Social	267,6	53,7	238,1	53,
Ministério da Saúde	67,3	13,5	62,9	14,
Ministério do Trabalho e Emprego	46,8	9,4	42,2	9,
Ministério da Educação	54,2	10,9	41,8	9,
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	39,4	7,9	33,3	7,
Demais Órgãos (*)	22,9	4,6	24,0	5,
Total	498,2	100,0	442,3	100,0

Fonte: Siafi/STN Elaboração: Ipea

(*) Ministérios do Desenvolvimento Agrário, da Cultura, das Cidades e da Fazenda (Operações Oficiais de Crédito), Arquivo Nacional, Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente (FNCA) e as Secretarias Especiais de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, de Políticas para as Mulheres e dos Direitos Humanos.

Quando se destacam os principais itens de gasto, segundo a natureza da despesa, observa-se que a maior parte do orçamento dos órgãos públicos da área social (83,2%) é absorvida por "Outras Despesas Correntes" (Tabela 2). Seguem-se as despesas com Pessoal (10,5%) e apenas 3,2% dos recursos se destinam a Investimentos, isto é, à ampliação dos equipamentos sociais (escolas, universidades, hospitais, redes de saneamento, creches, asilos, abrigos etc.). Por fim, 3,1% se referem a despesas de Inversões Financeiras, Juros, Encargos e Amortização da Dívida. O Quadro 1 apresenta um detalhamento dos itens que compõem os grupos de natureza da despesa.

Tabela 2 - Execução orçamentária dos órgãos públicos federais sociais - participação

por natureza de despesa (2010)

Órgão Federal	Pessoal e Encargos Sociais	Outras Despesas Correntes	Juros e Encargos da Dívida	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Total
Ministério da Saúde	19,1	76,1	0,0	4,6	0,2	0,1	100
Ministério da Educação	46,0	42,8	0,0	11,1	0,1	0,0	100
Ministério do Trabalho e Emprego	5,0	70,2	-	0,1	24,8	-	100
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	0,1	99,1	-	0,8	-	-	100
Ministério da Previdência Social	3,9	96,1	0,0	0,1	-	0,0	100
Ministério do Desenvolvimento Agrário	23,5	38,8	0,1	17,1	20,2	0,3	100
Ministério da Cultura	24,7	57,3	0,2	13,6	3,6	0,6	100
Ministério das Cidades	2,9	55,3	0,1	41,3	-	0,3	100
Arquivo Nacional	73,8	21,7	-	4,5	-	-	100
Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente	80,6	-	-	19,4	-	-	100
Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	11,1	88,1	-	0,8	-	-	100
Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	6,5	70,1	-	23,4	-	-	100
Secretaria Especial dos Direitos Humanos	8,5	58,2	-	33,3	-	-	100
Ministério da Fazenda (Operações de Crédito)	-	28,1	-	-	71,9	-	100
TOTAL	10,5	83,2	0,0	3,2	3,1	0,0	100

Fonte: SiafiI/STN Elaboração: Ipea

2. Parcela efetivamente executada dos recursos autorizados

No ano de 2010, a execução orçamentária - Orçamento Liquidado sobre o Autorizado (Lei + Créditos) - do conjunto dos órgãos públicos federais da área social foi de 97%, média geral ligeiramente superior aos 96,5% apresentados em 2009. Naturalmente, este desempenho não se mostrou homogêneo para as diferentes pastas, como mostra a Tabela 3.

Tabela 3 - Gasto dos órgãos públicos federais da área social

(em R\$ 1,00) Órgãos Federais Selecionados Lei + Créditos (A) Liquidado (B) % (B/A) Lei + Crédito (A) Liquidado (B) % (B/A) Ministério da Saúde 69.790.948.315 67.327.785.773 64.328.379.880 62.908.268.469 97,8 96,5 Ministério da Educação 58.060.911.146 54.214.414.179 93,4 45.283.180.939 41.798.912.407 92,3 47.649.711.625 46.780.898.288 46.253.005.761 Ministério do Trabalho e Emprego 98,2 42.186.456.015 91,2 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate À Fome 39.738.117.581 39.410.556.003 99.2 34.330.823.091 33.335.626.046 97.1 Ministério da Previdência Social 268.354.057.048 267.565.847.733 99.7 241.333.996.336 238.142.110.497 98.7 Ministério do Desenvolvimento Agrário 5.108.776.117 3 723 225 758 729 4.619.805.477 3.774.164.112 81.7 Ministério da Cultura 2.292.155.141 1.497.314.209 65.3 1.389.828.988 1.222.185.504 87.9 Ministério das Cidades 16.200.331.984 13.141.189.678 81,1 15.314.807.771 13.895.212.309 90.7 Arquivo Nacional 69.307.690 67.314.950 97.1 58.385.477 55.643.170 95.3 62.6 Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente 47.261.000 29.562.126 51.692.541 40.228.568 77.8 Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade 69.825.671 42.633.769 40.582.689 26.287.376 64,8 61,1 Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres 89.715.636 75.849.029 84.5 77.014.796 73,770,422 95.8 239.294.197 177.115.187 191.201.583 163.168.655 Secretaria Especial dos Direitos Humanos 74,0 85,3 Ministério da Fazenda (Operações Oficiais de Crédito) 5.712.852.453 4.143.122.861 72.5 5.163.188.143 4.749.665.452 92.0 Desenvolvimento Agrário 3.176.500.000 2.406.772.342 75.8 3.764.764.000 3.351.804.998 89.0 1 724 850 519 Educação 2 524 852 453 1 387 072 543 1 387 026 106 100.0 68.3 Saúde 11.500.000 11.500.000 100.0 11.351.600 10.834.348 95.4 513.423.265.604 498.196.829.543 97,0 458.435.893.472 442.371.699.002 96,5 Total Geral

Fonte: Siafi/STN Elaboração: Ipea

Os dados apresentados na Tabela 3 apontam para a existência de três grupos distintos de órgãos públicos federais na área social, segundo o nível de gasto:

(i) Com execução superior à média geral se situam três órgãos públicos federais que apresentaram um desempenho entre 98,2% e 99,7%. Trata-se dos ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Trabalho e Emprego e da Previdência Social, cujas principais despesas correspondem a transferências quase automáticas, como é o caso dos benefícios previdenciários e assistenciais, do abono salarial e seguro-desemprego e do Programa Bolsa Família. Em compensação há uma maior execução no Ministério do Trabalho e Emprego, que se eleva dos 91,2% de 2009 para 98,2% em 2010³.

Estes três ministérios (MPS, MDS e MTE) possuem grande importância no orçamento, sendo responsáveis por cerca de 70% de todo o gasto dos órgãos sociais realizado pelo governo federal em 2010. No âmbito destes ministérios, os recursos se concentram fortemente em algumas grandes ações: aposentadorias e pensões constantes do orçamento do Ministério da Previdência Social – área urbana no valor de R\$ 165,9 bilhões, área rural no valor de R\$ 52,3 bilhões, e aposentadorias especiais no valor de R\$ 7,2 bilhões; o Benefício de Prestação Continuada à Pessoa Idosa e à Pessoa Portadora de

³ Isso, em parte, deve-se aos recursos alocados em 2008, a título de Reserva de Contingência, no valor de R\$ 1,5 bilhão e que não foram executados. Tal rubrica não foi incluída no orçamento de 2010.

Deficiência (BPC-LOAS), R\$ 20,4 bilhões; a Transferência de Renda com Condicionalidades (Bolsa Família), R\$ 13,5 bilhões, que está sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; o pagamento do benefício Abono Salarial no valor de R\$ 8,8 bilhões e Seguro-Desemprego, R\$ 19,2 bilhões, sob a responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego.

Pode-se agregar o Ministério da Saúde a este grupo, uma vez que a sua execução ficou apenas um pouco abaixo da média, 96,5%, contra 97% do geral, porém, contribuiu para a elevação do percentual, uma vez que detém cerca de 13,5% do montante despendido pelo conjunto dos órgãos sociais. A pequena queda do índice de execução de 2010 em relação a 2009, de 97,8% para 96,5%, deve-se ao fato de o Programa Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializado, cuja participação no montante do orçamento do ministério foi de 46% em 2009 e 46,6% em 2010, ter apresentado uma execução ligeiramente reduzida, de 97,7% em 2009 para 95,6% em 2010.

Com a inclusão do Ministério da Saúde, este grupo de "alto desempenho na execução orçamentária" passa a ser responsável por 84,5% do orçamento, com uma média de execução próxima a 99%.

- (ii) Um segundo grupo apresentou um desempenho entre 81,1% e 93,4% de execução. Neste caso estão os ministérios das Cidades e da Educação e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Destaca-se a situação da pasta das Cidades, que teve expressiva redução do índice de execução em 2010 vis-à-vis 2009, de 90,7% para 81,1%. Embora este ministério, tradicionalmente, apresentasse percentuais mais baixos de execução, entre outras razões por concentrar suas despesas em investimentos rubrica de mais difícil execução do que pessoal ou outras despesas correntes, teve um bom desempenho em 2009 por conta de mudança importante no perfil das suas despesas com um volume bastante maior aplicado por meio da rubrica Outras Despesas Correntes, o que permitiu alcançar maior nível de execução. No entanto, em 2010, retornou a patamares inferiores. A baixa execução da ação Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, 44,5% em 2010, frente a 73% em 2009, pode, em certa medida, explicar esse fenômeno. Esta ação representou 15% de todo o orçamento autorizado para a pasta em 2010.
- (iii) Com execução inferior a 75%, encontram-se os ministérios do Desenvolvimento Agrário e o da Cultura, além do Fundo Nacional para a Criança e o

Adolescente e as secretarias especiais de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, vinculadas à Presidência da República, mais as Operações Oficiais de Crédito, de cunho social, alocadas no Ministério da Fazenda. Nota-se que o percentual de execução dos ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Cultura reduziu-se significativamente em comparação com o exercício de 2009. Por fim, mais uma vez repetindo o que se verificou nos anos anteriores, o menor índice de execução ficou por conta da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 61,1%, tendo em vista que o programa Promoção de Políticas Afirmativas para a Igualdade Racial, que representa 63% de todo o seu orçamento, teve execução de apenas 53%.

3. Composição da despesa dos órgãos públicos sociais

Na Tabela 4, observa-se que, em termos percentuais, os gastos na área social (97%) tiveram desempenho superior ao conjunto dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (89,7%), quando excluído o refinanciamento da dívida pública mobiliária federal. As despesas relacionadas a Outras Despesas Correntes e Inversões Financeiras efetuadas pelos órgãos sociais, tiveram desempenho superior ao verificado no conjunto. Com execução inferior observam-se as despesas referentes ao pagamento da amortização, de juros e encargos da dívida e a investimentos.

Tabela 4 - Execução orçamentária dos órgãos públicos federais sociais e do Orçamento Geral da União (Fiscal e da Seguridade Social), por grupos de natureza de despesa (2010)

em R\$1

	Órgãos	Órgãos Sociais Federais			Orçamento Fiscal e da Seguridade Social			
Natureza de Despesa	Lei + Créditos (A)	Liquidado (B)	Nível de Execução (B/A)	Lei + Créditos (C)	Liquidado (D)	Nível de Execução (D/C)		
Pessoal e Encargos Sociais	52.698.432.392	52.224.100.740	99,1	184.806.534.068	183.278.152.059	99,2		
Juros e Encargos da Dívida	74.399.656	30.649.889	41,2	138.412.322.198	122.422.088.807	88,4		
Outras Despesas Correntes	420.136.542.610	414.284.197.580	98,6	616.488.815.236	595.597.136.645	96,6		
Investimentos	22.012.961.433	16.006.386.742	72,7	69.238.791.597	53.364.456.969	77,1		
Inversões Financeiras	18.233.370.889	15.550.835.192	85,3	48.487.955.059	36.248.583.089	74,8		
Amortização da Dívida*	185.757.252	100.659.398	54,2	193.136.932.785	143.112.333.927	74,1		
Reserva de Contingência	81.801.372	-	-	13.587.585.353	-	0,0		
Total	513.423.265.604	498.196.829.541	97,0	1.264.158.936.296	1.134.022.751.496	89,7		

Fonte: Siafi/STN Elaboração: Ipea

Federal

Tabela 5 - Execução orçamentária dos órgãos públicos federais sociais por natureza de despesa (2010)

Órgão Federal	Pessoal e Encargos Sociais	Outras Despesas Correntes	Juros e Encargos da Dívida	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida
Ministério da Saúde	99,5	98,3	40,1	68,0	95,2	87,7
Ministério da Educação	98,7	91,4	34,3	83,0	34,3	32,9
Ministério do Trabalho e Emprego	99,6	98,7	-	48,2	96,5	-
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	99,8	99,3	-	85,4	-	-
Ministério da Previdência Social	99,5	99,7	20,0	83,6	-	49,8
Ministério do Desenvolvimento Agrário	99,0	76,6	57,8	63,4	57,4	66,1
Ministério da Cultura	97,6	61,0	61,3	46,7	97,8	79,1
Ministério das Cidades	98,0	96,3	40,8	67,8	0,0	39,4
Arquivo Nacional	98,8	94,0	-	86,6	-	-
Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente	-	61,0	-	70,1	-	-
Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	96,1	59,2	-	23,2	-	-
Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	95,4	84,1	-	83,1	-	-
Secretaria Especial dos Direitos Humanos	96,7	65,3	-	89,5	-	-
Ministério da Fazenda (Operações de Crédito)		100,0	<u>-</u>	-	65,5	-
Total	99,1	98,6	41,2	72,7	85,3	54,2

Fonte: Siafi/STN Elaboração: Ipea

^{*} Exceto Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária

Os dados da Tabela 5 revelam que as médias gerais encobrem diferenças setoriais importantes. Por exemplo, nas despesas com o item "Outras Despesas Correntes" se verifica que o Ministério da Previdência Social teve execução de 99,7%, enquanto nas secretarias especiais, o indicador variou de 59,2% (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) a 84,1% (Políticas para as Mulheres). Quando se observa a execução neste item, nos ministérios, com exceção dos ministérios da Cultura, do Desenvolvimento Agrário e da Educação, que apresentaram execução entre 61% e 91,4%, verifica-se uma execução bastante elevada, variando de 96,3%, no Ministério das Cidades, até 99,7%, no Ministério da Previdência Social, como mencionado anteriormente.

No tocante aos Investimentos, a execução foi de 72,7%, índice bem inferior aos 81,8% alcançados em 2009. Os ministérios das Cidades e do Desenvolvimento Agrário, com 67,8% e 63,4%, respectivamente, ajudaram a puxar a média para baixo. O Ministério da Saúde piorou seu desempenho nesta rubrica em 2010, atingindo 68% de execução frente aos 80% do ano anterior. No tocante aos ministérios do Trabalho e Emprego e da Cultura, os índices persistem em níveis ainda baixos: 48,2% e 46,7%, respectivamente.

Quadro 1

Detalhamento dos itens que compõem os grupos de natureza da despesa

1 - Pessoal e Encargos Sociais:

Despesas de natureza remuneratória decorrentes do efetivo exercício de cargo, emprego ou função de confiança no setor público, do pagamento dos proventos de aposentadorias, reformas e pensões, das obrigações trabalhistas de responsabilidade do empregador, incidentes sobre a folha de salários, contribuição a entidades fechadas de previdência, outros benefícios assistenciais classificáveis neste grupo de despesa, bem como soldo, gratificações, adicionais e outros direitos remuneratórios, pertinentes a este grupo de despesa, previstos na estrutura remuneratória dos militares, e ainda, despesas com o ressarcimento de pessoal requisitado, despesas com a contratação temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público e despesas com contratos de terceirização de mão de obra que se refiram à substituição de servidores e empregados públicos, em atendimento ao disposto no art. 18, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

No caso específico das políticas sociais, merece destaque não apenas por apresentar as despesas com o funcionalismo envolvido na gestão e prestação de serviços sociais, mas também pelas despesas com os benefícios previdenciários do servidor público, igualmente lançadas nesta rubrica.

2 - Juros e Encargos da Dívida:

Despesas com o pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito internas e externas contratadas, bem como da dívida pública mobiliária.

Pode ser pouco significativa no Gasto Social como um todo, mas para algumas áreas e programas assume relevância devido aos encargos da dívida contratual contraída em operações junto a organismos internacionais de fomento como, por exemplo, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banco Mundial.

3 - Outras Despesas Correntes:

Despesas com aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, além de outras despesas da categoria econômica "Despesas Correntes" não classificáveis nos demais grupos de natureza de despesa.

É um item de extrema relevância para as políticas sociais. Por meio desta rubrica que se realizam as despesas mais vultosas das políticas sociais, em um leque extremamente diversificado: benefícios do Regime Geral de Previdência Social; transferências de renda condicionada (Bolsa Família); benefícios de prestação continuada a idosos e portadores de deficiência (BPC-LOAS); a maioria dos programas e ações do Sistema Único de Saúde (SUS), inclusive os recursos transferidos aos Fundos de Saúde estaduais e municipais; aos pagamentos de Seguro-Desemprego; além das típicas despesas com fornecedores de serviços e de materiais de consumo necessários à implementação e gestão das políticas públicas.

4 – Investimentos:

Despesas com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.

É o item fundamental para as áreas de Saneamento e Habitação, além de ser relevante também em áreas como Saúde e Educação – pois demonstra, ou não, os esforços de expansão na capacidade de produção de serviços.

5 - Inversões Financeiras:

Despesas com a aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital; e com a constituição ou aumento do capital de empresas.

6 - Amortização da Dívida:

Despesas com o pagamento e/ou refinanciamento do principal e da atualização monetária ou cambial da dívida pública interna e externa, contratual ou mobiliária.

Pode ser relevante a depender da importância que assumem, em cada área, as operações contraídas junto a organismos internacionais de fomento como, por exemplo, PNUD, BID e Banco Mundial.

4. Tendência do Gasto Social Federal em 2010

Os trabalhos realizados no **Ipea** a respeito do dimensionamento e acompanhamento do Gasto Social Federal (GSF), sob a metodologia de Área de Atuação, ao classificar cada um dos programas e ações, permite uma melhor precisão na mensuração do GSF (valores totais e valores destinados a cada uma das áreas sociais). Entretanto, esta precisão torna o trabalho mais lento, o que exige uma alternativa que permita gerar estimativas oportunas, mesmo que mais agregadas e menos precisas.

Nos dados do GSF de 2009, apurados sob a metodologia de área de atuação, percebe-se que cerca de 83,2% do GSF estão concentrados nos ministérios da Previdência, Trabalho e Emprego, Desenvolvimento Social, Saúde e Educação⁴. Nesse sentido, uma observação mais atenta sobre estes cinco ministérios já permitiria a formação de algumas expectativas sobre a trajetória do GSF em seu conjunto – ainda que não possibilite conclusão alguma em termos desagregados⁵. Além do mais, a listagem de ministérios e secretarias especiais analisados neste texto incorpora mais órgãos além desses cinco ministérios, o que permite ampliar este percentual.

Para melhor aproximar a cobertura global do enfoque adotado nesta seção em relação ao GSF apurado a partir das áreas de atuação, é necessário, porém, um tratamento específico para os programas e ações normalmente apropriados na área de Benefícios a Servidores – fundamentalmente, programas e ações referentes à Previdência do Servidor Público, planos de assistência médica e salários indiretos como auxílios refeição e transporte.

Para além da listagem de órgãos coberta até aqui, também existem dispêndios com ações de benefícios a servidores em outros órgãos: ministérios e secretarias que não são típicos da área

⁴ IPEA - 15 Anos de Gasto Social Federal - Notas Sobre o Período de 1995 a 2009. Comunicado do Ipea, n. 98. IPEA: Brasília, jul 2011.

⁵ Observe-se o exemplo do MEC em 2006: dos cerca de R\$ 23,9 bilhões liquidados, apenas R\$ 15,7 bilhões (65,7%) são apropriados para a área de Educação. Os demais gastos são considerados não-sociais ou sociais e apropriados em outras áreas, como Saúde, Alimentação e Nutrição e Cultura, com destaque para a área de Benefícios a Servidores – principalmente Previdência do Servidor Público, a que destinam R\$ 4,5 bilhões (18,83% do orçamento do MEC). Adicionalmente, R\$ 3,5 bilhões executados em outros ministérios são apropriados pela metodologia na área de Educação.

social, além dos órgãos pertencentes aos poderes Legislativo e Judiciário, conforme apresentado na Tabela 6, a seguir:

Tabela 6 - Benefícios a Servidores Públicos 2010

Em R\$ 1.00 - correntes

	Pagamento a Inativos e Pensionistas	Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência do Servidor	Assistência e Serviços Médico- Hospitalares e Odontológicos a Servidores	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes de Servidores	Auxílio- Transporte aos Servidores	Auxílio- Alimentação aos Servidores	TOTAL
Órgãos Federais							
Legislativo	2.212.884.288	521.769.504	181.965.750	14.321.068	1.224.249	197.089.540	3.129.254.399
Judiciário	4.574.978.695	2.556.450.789	364.847.550	86.831.142	14.058.491	671.701.599	8.268.868.266
Executivo	62.262.124.567	9.461.009.091	2.699.320.299	140.319.002	678.979.366	2.626.483.569	77.868.235.894
Servidores de Órgãos Sociais	19.028.552.002	4.980.187.167	795.130.495	37.857.528	260.744.562	1.307.929.996	26.410.401.750
Servidores Civis dos demais Órgãos	18.436.241.828	4.480.821.924	546.378.047	102.461.474	418.234.804	809.540.786	24.793.678.863
Servidores Militares	24.797.330.737		1.357.811.757			509.012.787	26.664.155.281
Subtotal	69.049.987.550	12.539.229.384	3.246.133.599	241.471.212	694.262.106	3.495.274.708	89.266.358.559
Transferências a outros Entes							
Transferências ao estado de Mato Grosso	,						
a extintos estados e territórios e à extinta Via Férrea do RS	4 700 000 074	455 700 000	E 400 E00	000 477	4 050 000	CO CEO 24C	4 004 400 504
Fundo Constitucional do DF	1.766.888.074 2.853.366.677	155.766.908 26.755.244	5.400.583 72.771.589	809.477 8.711.436		60.652.316 183.792.541	1.991.169.591 3.173.054.088
	1.207.014.600	20.755.244	72.771.589			119.433.255	1.408.206.414
Segurança Pública Saúde	581.480.859		12.111.589	0.711.430	273.534	64.359.286	673.221.212
Educação	1.064.871.218				21.301.001	04.339.200	1.064.871.218
Subtotal	4.620.254.751	182.522.152	78.172.172	9.520.913	29.308.834	244.444.857	5.164.223.679
	•				•		
	73.670.242.301						94.430.582.23

Fonte: SIAFI/STN Elaboração: IPEA/DISOC

Ou seja, nos dados analisados nas seções anteriores, e que corresponderiam a 84,1% do Gasto Social Federal, estão contemplados apenas uma parte das despesas com benefícios sociais aos servidores públicos: cerca de R\$ 26,4 bilhões, quando o total dos gastos com esse tipo de despesa alcança R\$ 94,4 bilhões.

Acrescentem-se, também, outros dois fatos relevantes, quais sejam: (i) o pagamento por parte da União de salários e outros benefícios a servidores ativos e inativos de extintos territórios e assemelhados; e (ii) as características peculiares do Distrito Federal, a que se destina o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), cuja finalidade é a de prover os recursos necessários à organização e manutenção da Polícia Civil, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, bem como à assistência financeira para execução de serviços públicos de saúde e educação. Do valor de R\$ 7,7 bilhões transferido a esse fundo, 46,8% são relativos à assistência financeira para realização de serviços públicos de saúde e educação (R\$ 3,6 bilhões).

Após estas ressalvas, podemos finalmente concluir a tarefa proposta para seção 4, que é estimar um valor global e preliminar para o Gasto Social Federal de 2010. Combinando as informações apresentadas na Tabela 1, sobre a Execução Orçamentária dos órgãos selecionados

como típicos da área social, com as informações sobre as despesas com programas e ações de benefícios a servidores da Tabela 6, chegamos ao Quadro 2, a seguir⁶:

Quadro 2 - Gasto Social Federal – Estimativa 2010

	Em R\$ correntes
Órgãos Públicos Federais da Área Social	498.196.829.541
Benefícios a Servidores - demais órgãos	62.855.956.809
Transferências a Inativos e Pensionistas e demais benefícios a servidores de outros Entes	1.991.169.591
Fundo Constitucional do Distrito Federal - Inativos e Pensionistas e demais benef. a servidores	3.173.054.088
Gasto Social Federal - estimativa	566.217.010.029

Fonte: Siafi/STN Elaboração Ipea

Tabela 7 - Gasto Social Federal* - 1995 a 2009 e Estimativa 2010

(GSF - R\$ milhões correntes)

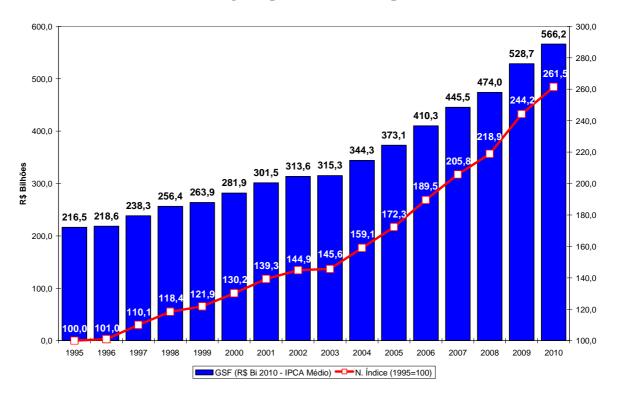
Anos	GSF	PIB	GSF/PIB (%) IPC	A-Méd.2010
1995	79.324	705.641	11,24	216.495
1996	92.705	843.966	10,98	218.574
1997	108.073	939.147	11,51	238.303
1998	119.975	979.276	12,25	256.354
1999	129.506	1.065.000	12,16	263.898
2000	148.088	1.179.482	12,56	281.905
2001	169.214	1.302.136	13,00	301.499
2002	190.892	1.477.822	12,92	313.623
2003	220.161	1.699.948	12,95	315.313
2004	256.292	1.941.498	13,20	344.340
2005	296.752	2.147.239	13,82	373.069
2006	340.011	2.369.484	14,35	410.288
2007	382.665	2.661.344	14,38	445.535
2008	430.214	3.031.864	14,19	473.981
2009	503.351	3.185.126	15,80	528.715
2010	566.217	3.674.964	15,41	566.217

Fonte: Siafil/STN Elaboração Ipea

* Dados do GSF para 1995 a 2009, apurados pela metodologia de Área de Atuação; dados do GSF para 2010, estimados.

⁶ Os R\$ 62,9 bilhões apresentados como o volume despendido com benefícios a servidores nos órgãos públicos federais que não foram considerados sociais correspondem ao total das despesas com programas/ações de benefícios a servidores – R\$ 89,3 bilhões –, menos os gastos com benefícios a servidores nos órgãos sociais – R\$ 26,4 bilhões (vide Tabela 6). Isso porque, logicamente, estes últimos já estão incluídos nos gastos totais dos órgãos públicos federais sociais, no montante de R\$ 498 bilhões (vide Quadro 2).

Gráfico 1 - Gasto Social Federal* – 1995 a 2009 e Estimativa 2010 Valores corrigidos pelo IPCA médio para 2010



Fonte: Siafi/STN Elaboração Ipea

Os dados apresentados na Tabela 7 mostram que a estimativa do GSF para o ano de 2010 aponta um ritmo de crescimento bastante acelerado em termos reais, ainda que um pouco mais lento do que o ocorrido no atípico ano de 2009 – quando as políticas sociais foram parte integrante da estratégia de combate e superação da crise econômica internacional. Apontam também para uma parcela do PIB menor do que encontrada em 2009, mas ainda bastante superior à mobilizada pelo GSF em 2008, o que de modo algum constitui má notícia: em 2009, devido à crise, o crescimento do PIB foi negativo, ou seja, o PIB não apenas não cresceu, como ainda reduziu-se 0,69%. Com o PIB parado, qualquer crescimento dos gastos sociais implicaria na absorção de parcelas maiores do PIB – com um crescimento rápido como o observado em 2008 e 2009, ainda maiores.

Isso ajuda a explicar o salto tão forte no percentual do PIB mobilizado pelo GSF, ocorrido entre 2008 e 2009, de 14,19% para 15,8%; e permite a expectativa de que, com a retomada do crescimento na economia brasileira a taxas significativas, o crescimento do GSF

^{*} Dados do GSF para 1995 a 2009, apurados pela metodologia de Área de Atuação; dados do GSF para 2010, estimados.

possa ser absorvido pelo PIB sem sobressaltos desse nível⁷. A estimativa aqui realizada aponta para a confirmação dessa expectativa, com um GSF de 15,4% do PIB em 2010: menor do que o ocorrido em 2009, mas mais compatível com a trajetória de trilhos acelerados em que ele trafega desde 2004.

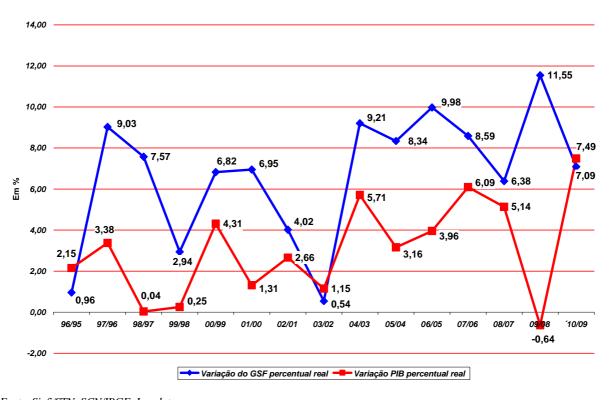


Gráfico 2 - Variação Anual Real do Gasto Social Federal e do PIB

Fonte: Siafi/STN; SCN/IBGE; Ipeadata

Elaboração Ipea

O Gráfico 2 mostra melhor esse movimento – a desaceleração na velocidade do crescimento do GSF em um momento em que o PIB volta a crescer a taxas elevadas. Uma trajetória compatível, aliás, com o caráter anticíclico que os gastos sociais assumiram em 2009. Ainda assim, o crescimento real de 7,04% alcançado em 2010 pode ser considerado intenso, embora menor do que a média dos últimos anos. Observemos a seguir os principais programas e ações responsáveis por esta trajetória em 2010.

Os gastos do Ministério da Previdência Social aumentaram no ano de 2010, já descontada a inflação do IPCA, cerca de 7% – R\$ 17,4 bilhões. Marca semelhante à de 2009, quando o crescimento real foi de 7,6% – R\$ 16,8 bilhões. Em 2010, a quase totalidade desse

 ⁷ Ipea - 15 Anos de Gasto Social Federal - Notas Sobre o Período de 1995 a 2009. Comunicado do Ipea, n.
 98. IPEA: Brasília, jul 2011.

aumento encontra-se no programa Previdência Social Básica, que cresceu 7,1% – R\$ 16,4 bilhões. Dos quais R\$ 10,7 bilhões correspondem ao incremento destinado à previdência do setor urbano; R\$ 3,6 bilhões destinados à previdência rural; e outro R\$ 1,7 bilhão destinado ao crescimento dos gastos com auxílios-doença, acidentários e outros.

Assim como em 2009, o Ministério da Educação percorreu uma trajetória de crescimento nas suas despesas: 23,5%, já descontada a inflação. Destaque para os programas Brasil Escolarizado – crescimento real de 40,8%; Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica – 36,1%; Brasil Universitário – 12,4%; e Qualidade na Escola – 47,5%.

É importante ressaltar que esse crescimento ocorre em programas que já mobilizavam volumes de recursos significativos: no Brasil Escolarizado, por exemplo, passa-se de R\$ 10,8 bilhões, em 2009, para R\$ 15,2 bilhões, em 2010; no Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica, de R\$ 2,95 bilhões para R\$ 4,0 bilhões; no Brasil Universitário, de R\$ 17,95 bilhões para R\$ 20,2 bilhões; no Qualidade na Escola, de R\$ 1,75 bilhão para R\$ 2,6 bilhões – valores já descontados da inflação⁸ (cf. Anexo).

Merece nota também o fato de que os recursos destinados ao programa Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos duplicaram – de R\$ 305 milhões para R\$ 628 milhões, em termos reais. Menos importante em termos de volume de recursos, esses valores indicam uma retomada dos investimentos do ministério na área da educação de jovens e adultos.

Já o Ministério da Saúde não logrou repetir em 2010 o desempenho do ano anterior, e elevou seus gastos em apenas 1,6% em termos reais. Os seus maiores programas em termos de destinação de recursos foram Assistência Hospitalar e Ambulatorial Especializada, que cresceu de R\$ 30,3 bilhões, em 2009, para R\$ 31,1 bilhões, em 2010 – cerca de 2,4%; e Atenção Básica em Saúde, que passou de R\$ 9,6 bilhões, em 2009, para R\$ 10,1 bilhões, em 2010 – cerca de 4.8%.

Os programas Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos, e Vigilância, Prevenção e Controle de Agravos, que tinham crescido de modo atípico em 2009 devido às ações emergenciais com o combate à ameaça de pandemia de influenza H1N1, diminuem seus gastos em termos reais em 2010. Mas é importante destacar que essa redução nos valores totais dos programas oculta movimentos importantes: se por um lado as despesas com as ações vinculadas

para R\$ 2,6 bilhões; Funcionamento dos Cursos de Graduação – de R\$ 11,4 bilhões para R\$ 12,5 bilhões; e Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) – de R\$ 490 milhões para R\$ 725 milhões.

⁸ No programa Brasil Escolarizado, as principais ações integrantes a responder por este crescimento foram: a Complementação da União ao Fundeb, que passa de R\$ 5,3 bilhões para R\$ 6,7 bilhões; o Apoio a Alimentação Escolar na Educação Básica, que cresce de R\$ 2,1 bilhões para R\$ 3,0 bilhões; além de algumas ações novas, Apoio ao Fortalecimento do Ensino Médio e Recuperação da Rede Física Escolar Pública, que transferiram a estados e municípios cerca de R\$ 1,25 bilhão. No programa Brasil Universitário elevaram-se principalmente os recursos destinados às ações Funcionamento dos Hospitais de Ensino – de R\$ 2,0 bilhões

à H1N1 caem a quase zero, por outro, aumentam consideravelmente os recursos aplicados nas ações Apoio para Aquisição e Distribuição de Medicamentos Excepcionais e Imunobiológicos para Prevenção e Controle de Doenças⁹.

No Ministério do Trabalho e Emprego, mesmo após a expansão de seus gastos ocorrida em 2009 – na casa de 13,7% –, houve crescimento significativo no período: de R\$ 44,3 bilhões, em 2009, para R\$ 46,8 bilhões, em 2010. Mas desta vez, este crescimento não se deveu apenas à trajetória do programa Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda – onde se encontram os pagamentos do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial. Em 2009, no contexto de crise internacional, este programa expandiu seus gastos em 23,0%, em termos reais; já em 2010, seu crescimento foi de 1,5% – de todo modo, a mera manutenção dos patamares elevados atingidos em 2009 já seria um fato a ser apontado. Em 2010, igualmente importante na explicação do crescimento dos gastos do MTE foram as ações vinculadas às operações do FAT com o BNDES – Financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico a Cargo desse banco estatal –, que crescem de R\$ 10 bilhões, em 2009, para R\$ 11,6 bilhões em 2010.

No Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o crescimento real em 2010 foi de 12,6% – superando, portanto, os 10,2% do ano anterior. Mais uma vez, o crescimento das despesas deste ministério concentrou-se nos programas: Bolsa Família – Transferência de Renda com condicionalidades –, que aumentou cerca de R\$ 1 bilhão em termos reais, 8,9% em relação a 2009; e Proteção Social Básica¹⁰, que cresceu 12,8%, cerca de R\$ 2,6 bilhões, em relação a 2009.

O Ministério das Cidades, cujos programas são mais intensivos em investimentos, teve uma redução real nos seus gastos de 10%, cerca de R\$ 1,4 bilhão. Quase todos os seus principais programas sofreram reduções significativas em termos reais: Serviços Urbanos de Água e Esgoto, queda de 41%; Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano, 31%; Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários, 34%; Segurança e Educação de Trânsito: Direito e Responsabilidade de Todos, 27%; Drenagem Urbana e Controle de Erosão Marítima e Fluvial, 35%. As exceções foram os programas Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros, que cresceu 19%; e Operações Especiais: Outros Encargos Especiais, que cresceu 21% devido à elevação dos recursos em duas das ações que o

[.]

⁹ Os recursos aplicados na ação "Atendimento à população com medicamentos para tratamento de portadores de HIV/AIDS e outras DSTs", que também é parte integrante do programa Assistência Farmacêutica, caiu em termos reais de R\$ 776 milhões, em 2009, para R\$ 606 milhões. É provável que ao menos parte desse movimento seja causada pelo esforço na contenção de custos do programa, incluindo aí a estratégia de licenciamento compulsório de alguns medicamentos.

¹⁰ É no programa Proteção Social Básica que se encontram os pagamentos referentes ao Benefício de Prestação Continuada (BPC-LOAS).

integram: Transferência ao Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), que passa de R\$ 3,9 bilhões para R\$ 4,7 bilhões, e Subvenção Econômica Destinada à Implementação de Projetos de Interesse Social em Áreas Urbanas, que sobe de R\$ 800 milhões para R\$ 1,2 bilhão.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário sofreu queda de 6% nos seus gastos, em termos reais. Alguns programas importantes em termos de volume de recursos tiveram reduções, como Assentamento para Trabalhadores Rurais – queda de 36% – e Desenvolvimento Sustentável de Projetos de Assentamento – queda de 20%. Em compensação, o programa Agricultura Familiar (Pronaf) cresceu mais de 50% em termos reais, principalmente devido ao aumento de recursos aplicados na ação Contribuição ao Fundo-Garantia Safra.

Por fim, há que se destacar que um vetor importante na explicação do crescimento dos gastos sociais são as contratações e os ganhos salariais recentes ocorridos no funcionalismo federal¹¹.

Este movimento impacta nos gastos sociais de duas formas. Primeiro, quando a recomposição salarial e as contratações de novos servidores ocorrem no âmbito de ministérios tipicamente sociais – nesse caso, destaque-se a trajetória recente do MEC, por exemplo –, o que eleva os gastos com pessoal das respectivas áreas sociais, seja nos programas finalísticos, seja nos programas como Apoio Administrativo, que cresceu de modo significativo em quase todos os ministérios aqui analisados, com exceção do MDA e da Seppir (vide Anexo).

Secundariamente, ainda que não se inclua no gasto social os salários nos ministérios tidos como não-sociais, incluem-se os benefícios previdenciários gerados nesses ministérios — que, além de um crescimento vegetativo devido ao amadurecimento dos servidores e consequente concessão de novas aposentadorias, também são impactados em boa medida pelos ganhos salariais oriundos da reestruturação das suas respectivas carreiras de origem. Este segundo movimento eleva os recursos destinados à área Benefícios ao Servidor Público Federal (Tabela 6). Os valores encontrados para 2010 chegam a R\$ 94 bilhões, apresentando um crescimento real de 7% neste tipo de gasto em relação a 2009.

-

¹¹ SEGES – Comunicado SEGES, vários números. Seges/MPO:Brasília, 2009 e 2010.

5. Considerações finais

Este comunicado apresentou informações e análises sobre a execução orçamentária dos órgãos públicos federais tipicamente sociais, e seus programas, para o exercício de 2010. Mostrou-se que o desempenho da execução orçamentária nesses órgãos – 97% – foi superior ao nível de execução encontrado no conjunto dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – 89,7%. Há, logicamente, considerável heterogeneidade entre as várias pastas sociais, com alguns órgãos tendo alto nível de execução, como o MDS, MTE e MPS, na casa dos 99% de execução, e outros com desempenho mais frágil, como Cidades (81%), MDA (73%) e Seppir (61%).

Em seu conjunto, os gastos sociais são predominantemente executados como Outras Despesas Correntes – as despesas com benefícios previdenciários e assistenciais, e também a maior parte das transferências a estados e municípios são contabilizados nesta rubrica. De modo que 83% dos gastos nos órgãos federais tipicamente sociais são Outras Despesas Correntes, cerca de 10,5% são gastos com Pessoal e 3,2% com Investimentos. Mas há distinções: algumas pastas são mais intensivas em Pessoal, outras em Investimentos (vide Tabela 2).

Após realizar o levantamento dos gastos com benefícios a servidores públicos – benefícios previdenciários, assistência médica e outros auxílios (vide tabela 6) –, é possível chegar a uma estimativa para o Gasto Social Federal total realizado em 2010. Ainda que esta estimativa não permita estabelecer comparações entre as distintas áreas sociais, constitui um dado relevante para o debate: em 2010, o conjunto do Gasto Social Federal atingiu R\$ 566,2 bilhões, ou 15,4% do PIB. Aponta para a manutenção do crescimento acelerado do GSF, embora em ritmo um pouco inferior ao ocorrido em 2009 – ano atípico devido à conjuntura de crise internacional e recessão.

A análise interna a cada um dos principais ministérios realizada nas últimas páginas deste comunicado revela dinâmicas bastante interessantes, que fogem ao escopo desta nota, mas que instigam respostas dos especialistas em cada uma das áreas sociais respectivas: (i) A manutenção do ritmo de crescimento dos gastos nos programas do Ministério da Previdência e do Ministério do Desenvolvimento Social; (ii) a aceleração do ritmo de crescimento nos recursos mobilizados pelo Ministério da Educação; (iii) a expansão nos gastos do Ministério do Trabalho, desta vez devida não só ao crescimento dos programas vinculados ao Sistema Público de Emprego mas também ao aumento das operações com o BNDES; (iv) uma relativa acomodação no crescimento dos gastos do Ministério da Saúde,

ao menos em comparação com outros ministérios sociais; e (v) a redução nas despesas nos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e das Cidades.

Anexo Gasto dos órgãos públicos federais da área social: programas - 2009 e 2010

Execução Orçamentária dos Programa	s por Órgãos Selecionad			
		2009 (R\$ corrigidos		Var. real
	2009 (R\$ nominais)	IPCA médio 2010)	2010	2010/2009
MINISTERIO DA SAUDE	(A) 62,908,268,469	(B)	(C)	(C/B)
MINISTERIO DA SACDE	02.908.208.409	66.078.247.571	67.327.785.771	1,9%
Gestão da Política de Saúde	511.412.533	537.182.866	490.553.681	-8,7%
Previdência de Inativos e Pensionistas da União	4.579.570.109	4.810.336.937	5.320.427.732	10,6%
Serviços Urbanos de Água e Esgoto	768.717.912	807.453.992	789.645.773	-2,2%
Proteção e Promoção dos Povos Indígenas	372.345.222	391.107.884	385.987.520	-1,3%
Apoio Administrativo	7.014.757.745	7.368.234.895	8.087.563.710	9,8%
Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	133.421.484	140.144.659	102.997.970	-26,5%
Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações)	1.172.409	1.231.487	1.038.713	-15,7%
Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)	57.265.354	60.150.984	41.121.260	-31,6%
Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	82.760.000	86.930.318	120.000.000	38,0%
Integração de Bacias Hidrográficas	40.800.000	42.855.932	9.965.264	-76,7%
Drenagem Urbana e Controle de Erosão Marítima e Fluvial	23.973.037	25.181.050	16.253.647	-35,5%
Regulação e Fiscalização da Saúde Suplementar	163.461.470	171.698.375	183.715.682	7,0%
Ciência, Tecnologia e Inovação no Complexo da Saúde	359.316.658	377.422.804	313.565.269	-16,9%
Atenção Básica em Saúde	9.160.462.299	9.622.062.574	10.085.079.446	4,8%
Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada Saneamento Rural	28.896.562.728 335.199.999	30.352.674.972 352.090.895	31.074.711.996 202.515.140	2,4% -42,5%
Vigilância e Prevenção de Riscos Decorrentes da Produção e do Consumo de Bens	333.177.777	332.090.093	202.313.140	-42,370
e Serviços	291.568.977	306.261.284	282.195.141	-7,9%
Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue e Hemoderivados	339.319.042	356.417.498	335.189.467	-6,0%
Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos	5.548.870.357	5.828.480.709	5.556.665.553	-4,7%
Promoção da Capacidade Resolutiva e da Humanização na Atenção à Saúde	55.002.964	57.774.591	54.683.175	-5,4%
Brasil Quilombola	1.099.371	1.154.769	1.499.371	29,8%
Aperfeiçoamento do Trabalho e da Educação na Saúde	357.009.661	374.999.556	386.088.175	3,0%
Vigilância, Prevenção e Controle de Doenças e Agravos	3.606.880.047	3.788.632.536	3.352.979.737	-11,5%
Implementação da Política de Promoção da Saúde	35.499.347	37.288.177	31.709.338	-15,0%
Resíduos Sólidos Urbanos	171.819.744	180.477.827	101.633.011	-43,7%
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	41.798.912.407	43.905.180.503	54.214.414.179	23,5%
Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes	5.317.929	5.585.902	2.207.154	-60,5%
Previdência de Inativos e Pensionistas da União	6.160.902.015	6.471.352.948	7.145.581.193	10,4%
Garantia e Acesso a Direitos	72.580	76.237	148.298	94,5%
Brasil Patrimônio Cultural	1.130.671	1.187.646	684.056	-42,4%
Livro Aberto	591.751	621.570	1.423.833	129,1%
Apoio Administrativo	1.136.376.236	1.193.638.803	1.689.656.903	41,6%
Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	271.555.131	285.238.930	290.955.099	2,0%
Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações)	1.079.276	1.133.661	107.060	-90,6%
Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)	71.700.309	75.313.323	538.416	-99,3%
Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos Internacionais	_	_	30.000.000	
Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos	290.519.076	305.158.477	628.252.824	105,9%
Brasil Escolarizado	10.308.509.144	10.827.960.074	15.244.451.145	40,8%
Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica	2.809.992.894	2.951.589.841	4.018.051.311	36,1%
Gestão da Política de Educação	86.710.287	91.079.662	119.703.431	31,4%
Brasil Universitário	17.104.950.419	17.966.877.423	20.201.464.064	12,4%
Engenho das Artes	965.967	1.014.643	1.164.414	14,8%
Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos	15.000	15.756	646.967	4006,2%
Brasil Quilombola	383.191	402.500	978.288	143,1%
Desenvolvimento da Educação Especial	115.097.225	120.897.032	128.908.982	6,6%
Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica	1.285.845.204	1.350.639.587	1.535.929.074	13,7%
Educação para a Diversidade e Cidadania	80.615.282	84.677.526	104.539.869	23,5%
Qualidade na Escola Estatísticas e Avaliações Educacionais	1.674.233.641 326.494.207	1.758.599.111 342.946.413	2.593.121.603 442.126.565	47,5% 28,9%
Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem	65.854.972	69.173.437	33.673.630	-51,3%
racional de Hiclusão de Jovens - FlojoveIII	03.834.9/2	09.1/3.43/	33.073.030	-31,3%

Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada

100.000

Execução Orçamentária dos Programas por Órgãos Selecionados (Liquidado)

Execução Orçamentária dos Programa	s por Orgãos Selecionad	os (Liquidado)		
		2009 (R\$ corrigidos		Var. real
	2009 (R\$ nominais)	IPCA médio 2010)	2010	2010/2009
	(A)	(B)	(C)	(C/B)
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO	42.186.456.015	44.312.252.627	46.780.898.289	5,6%
	1 257 200	1 425 500	2 222 227	56.604
Erradicação do Trabalho Infantil	1.357.209	1.425.599	2.232.337	56,6%
Previdência de Inativos e Pensionistas da União	1.019.587.510	1.070.965.034	1.119.583.833	4,5%
Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda	26.493.943.950	27.828.987.033	28.242.165.299	1,5%
Qualificação Social e Profissional	157.929.525	165.887.673	150.180.014	-9,5%
Rede de Proteção ao Trabalho	25.199.857	26.469.690	24.387.147	-7,9%
Crédito Orientado ao Desenvolvimento e Geração de Emprego e Renda	1.475.507	1.549.859	382.209	-75,3%
Recursos Pesqueiros Sustentáveis	908.317.483	954.088.055	1.179.128.670	23,6%
Gestão da Política de Trabalho, Emprego e Renda	171.186.298	179.812.461	171.299.229	-4,7%
Erradicação do Trabalho Escravo	8.631.842	9.066.805	8.057.005	-11,1%
Ciência, Tecnologia e Inovação para Inclusão e Desenvolvimento Social	127.141	133.548	-	-100,0%
Apoio Administrativo	1.108.737.569	1.164.607.409	1.242.217.245	6,7%
Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	555.918	583.931	498.332	-14,7%
Operações Especiais: Financiamentos com Retorno	9.626.125.091	10.111.190.347	11.586.083.770	14,6%
Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	2.253.068.976	2.366.602.248	2.644.059.000	11,7%
Artesanato Brasileiro	98.500	103.463	-	-100,0%
Democratização das Relações de Trabalho	1.617.062	1.698.547	2.283.182	34,4%
Economia Solidária em Desenvol vimento	26.816.303	28.167.590	31.337.106	11,3%
Segurança e Saúde no Trabalho	63.147.484	66.329.517	64.160.559	-3,3%
Microcrédito Produtivo Orientado	58.151	61.081	1.835.446	2904,9%
Resíduos Sólidos Urbanos	-	-	3.850.000	
Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem	318.474.639	334.522.735	307.157.906	-8,2%
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME	33.335.626.046	35.015.424.910	39.410.556.003	12,6%
Erradicação do Trabalho Infantil	284.034.500	298.347.140	280.937.705	-5,8%
Enfadicação do Frabanio infantii Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes	65.772.200	69.086.494	58.611.900	-15,2%
Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito	03.772.200	09.000.494	36.011.900	-13,270
com a Lei - Pró-SINASE	20.635.612	21.675.451	34,590,484	59.6%
Apoio Administrativo	123.241.631	129.451.838	148.720.117	14,9%
•	85.003			,
Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais Gestão da Política de Desenvolvimento Social e Combate à Fome	45.753.839	89.286 48.059.398	295.271.563 54.949.854	330601,8% 14,3%
	43.733.639	40.039.390	44.068.800	14,370
Resposta aos Desastres e Reconstrução	735.646.199	772.715.779	947.574.303	22,6%
Acesso à Alimentação				,
Economia Solidária em Desenvolvimento Transferência de Renda com Condicionalidades - Bolsa Família	39.085.959	41.055.520	28.646.478	-30,2%
	12.305.410.363	12.925.486.144	14.073.804.209	8,9%
Proteção Social Básica	19.290.626.367	20.262.690.675	22.853.182.315 255.137.712	12,8%
Proteção Social Especial	172.510.473	181.203.362		40,8%
Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem	252.823.900	265.563.823	335.060.563	26,2%
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	238.142.110.497	250.142.210.516	267.565.847.734	7,0%
Previdência Social Básica	220.989.886.867	232.125.677.761	248.676.432.551	7.1%
Qualidade dos Serviços Previdenciários	592.313.279	622.160.241	275.651.537	-55,7%
Previdência Complementar	3.120.882	3.278.145	2.597.203	-20,8%
Gestão da Política de Previdência Social	62.567.460	65.720.266	46.133.836	-29,8%
Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União	1.061.877.356	1.115.385.887	1.264.818.532	13,4%
Previdência de Inativos e Pensionistas da União	4.498.358.519	4.725.033.054	4.995.193.154	5,7%
Apoio Administrativo	3.750.527.089	3.939.518.024	4.583.546.377	16,3%
Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	7.172.520.993	7.533.947.912	7.701.125.886	2,2%
Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)	5.634.437	5.918.359	4.600.134	-22,3%
Regimes de Previdência dos Servidores Públicos da União, Estados, Municípios e	3.034.437	3.710.339	7.000.134	-22,5/0
Distrito Federal	3.203.710	3.365.147	13.970.066	315.1%
Educação Previdenciária	2.099.905	2.205.720	1.778.458	-19,4%
	2.077.903	2.203.720	1.770130	17,470

Execução Orçamentária dos Programas por Órgãos Selecionados (Liquidado)

Execução Orçamentária dos Programas por Órgãos Selecionados (Liquidado)							
		2009 (R\$ corrigidos		Var. real			
	2009 (R\$ nominais)	IPCA médio 2010)	2010	2010/2009			
	(A)	(B)	(C)	(C/B)			
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	3.774.164.112	3.964.346.129	3.723.225.759	-6,1%			
Previdência de Inativos e Pensionistas da União	313.684.755	329.491.487	341.888.865	3,8%			
Assentamentos para Trabalhadores Rurais	789.396.640	829.174.731	525.443.198	-36,6%			
Desenvolvimento Sustentável de Projetos de Assentamento	460.897.291	484.122.136	386.333.151	-20,2%			
Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas	106.768.504	112.148.622	174.553.009	55,6%			
Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário	19.833.824	20.833.260	33.677.160	61,7%			
Agricultura Familiar - PRONAF	264.606.076	277.939.708	428.976.976	54,3%			
Apoio Administrativo	635.880.159	667.922.478	671.139.304	0,5%			
Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	253.834.167	266.624.998	277.702.505	4,2%			
Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)	32.589.402	34.231.598	15.223.803	-55,5%			
Crédito Fundiário	67.442.376	70.840.831	67.469.955	-4,8%			
Paz no Campo	7.887.217	8.284.658	8.345.703	0,7%			
Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais	381.461.650	400.683.693	385.480.208	-3,8%			
Brasil Quilombola	6.417.377	6.740.752	30.890.034	358,3%			
Educação do Campo (PRONERA)	23.093.254	24.256.935	15.414.319	-36,5%			
Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodi versidade	450.000	472.676	344.457	-27,1%			
Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar	389.290.211	408.906.739	339.603.814	-16,9%			
Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres	20.631.209	21.670.826	20.739.298	-4,3%			
MINICIPADIO DA CUI TUDA	1 222 107 704	1 202 552 042	4 407 244 242	16.69/			
MINISTÉRIO DA CULTURA	1,222,185,504	1.283.772.043	1.497.314.212	16,6%			
Previdência de Inativos e Pensionistas da União	95.232.032	100.030.822	102.619.116	2,6%			
Brasil Patrimônio Cultural	58.541.429	61.491.361	38.154.207	-38,0%			
Livro Aberto	83.797.179	88.019.761	55.466.918	-37,0%			
Brasil, Som e Imagem	205.893.530	216.268.608	243.499.695	12,6%			
Museu Memória e Cidadania	38.603.187	40.548.421	36.079.388	-11,0%			
Cultura Afro-Brasileira	16.297.533	17.118.774	13.244.050	-22,6%			
Gestão da Política de Cultura	50.991.277	53.560.753	52.005.023	-2,9%			
Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico	2.101.144	2.207.022	3.800.000	72,2%			
Apoio Administrativo	277.607.139	291.595.902	356.795.247	22,4%			
Monumenta	35.586.843	37.380.082	72.384.370	93,6%			
Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	2.359.165	2.478.045	4.887.724	97,2%			
Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)	10.751.535	11.293.310	11.234.225	-0,5%			
Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais	112.733	118.414	11.234.223	-100,0%			
Cultura Viva - Arte, Educação e Cidadania	119.547.737	125.571.807	107.876.528	-14,1%			
Engenho das Artes	208.843.964	219.367.716	386.035.528	76,0%			
Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e	20010101901	217.007.1710	500.055.520	7 0,0 70			
Degradação Ambiental	270.000	283.605	102.000	-64,0%			
Identidade e Di versidade Cultural- Brasil Plural	8.522.014	8.951.443	7.708.247	-13,9%			
Desenvolvimento da Economia da Cultura - PRODEC	7.127.063	7.486.199	5.421.946	-27,6%			
	7.127.003	7.100.1255	5.121.510	27,070			
MINISTÉRIO DAS CIDADES	13.895.212.309	14.595.399.005	13.141.189.679	-10,0%			
Serviços Urbanos de Água e Esgoto	1 419 004 262	1 400 450 212	972 040 027	41.40/			
Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano	1.418.004.363 1.512.607.847	1.489.458.312 1.588.828.913	872.949.937 1.084.956.016	-41,4% -31,7%			
Segurança e Educação de Trânsito: Direito e Responsabilidade de Todos Apoio Administrativo	428.417.807 70.845.607	450.005.995 74.415.553	327.289.750 80.895.828	-27,3% 8,7%			
Qualidade e Produtividade do Habitat - PBQP-H	70.845.607		199.517				
Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	400.000 140.992.790	420.156 148.097.487	91.203.075	-52,5%			
				-38,4%			
Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações) Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)	26.691.966 38.142.215	28.036.988 40.064.220	19.341.935 38.103.741	-31,0% -4,9%			
	5.250.000.000	5.514.550.125	6.680.000.000				
Operações Especiais: Outros Encargos Especiais Integração de Bacias Hidrográficas	3.230.000.000	5.514.550.125		21,1%			
Nacional de Acessibilidade	1.494.417	1.569.721	228.764 19.259.452	1126 0%			
Nacional de Acconomidade	1.474.41/	1.309.721	17.437.434	1126,9%			
Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários	3.060.702.290	3.214.932.609	2.123.688.248	-33,9%			
Fortalecimento da Gestão Urbana	23.759.541	24.956.796	16.725.668	-33,0%			
Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais	1.293.290	1.358.460	278.713	-79,5%			
Drenagem Urbana e Controle de Erosão Marítima e Fluvial	493.830.017	518.714.358	334.900.893	-35,4%			
	.,5.050.017	2 - 0.7 1 1.000	22,00.0,0	55,.70			
Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros	1.021.774.026	1.073.261.730	1.276.580.331	18,9%			
Resíduos Sólidos Urbanos	800.000	840.312	5.285.213	529,0%			
Mobilidade Urbana	50.435.399	52.976.864	77.745.023	46,8%			
Habitação de Interesse Social	355.020.734	372.910.406	91.557.575	-75,4%			

Execução Orçamentária dos Programas por Órgãos Selecionados (Liquidado)

FUNDO NACIONAL PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE 40.228.568 42.255.706 29 Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes 5.113.156 5.370.810 6 Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei - Pró-SINASE 5.847.227 6.141.872 1 Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente 21.505.214 22.588.872 17 Gestão da Política de Direitos Humanos 3.320.228 3.487.536 3	10 C) 2.562.126 5.573.969 .476.504 (.857.995 (.653.658	Var. real 2010/2009 (C/B) -30,0% 22,4% -76,0% -20,9%
(A) (B) (C FUNDO NACIONAL PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE 40.228.568 42.255.706 29	2.562.126 5.573.969 .476.504 2.857.995 3.653.658	(C/B) -30,0% 22,4% -76,0% -20,9%
FUNDO NACIONAL PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE 40.228.568 42.255.706 29 Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes 5.113.156 5.370.810 6 Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei - Pró-SINASE 5.847.227 6.141.872 1 Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente 21.505.214 22.588.872 17 Gestão da Política de Direitos Humanos 3.320.228 3.487.536 3	0.562.126 0.573.969 0.476.504 0.857.995 0.653.658	-30,0% 22,4% -76,0% -20,9%
Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes 5.113.156 5.370.810 6. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei - Pró-SINASE 5.847.227 6.141.872 1. Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente 21.505.214 22.588.872 17. Gestão da Política de Direitos Humanos 3.320.228 3.487.536 3	.476.504 2.857.995 3.653.658	22,4% -76,0% -20,9%
Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei - Pró-SINASE 5.847.227 6.141.872 1 Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente 21.505.214 22.588.872 17 Gestão da Política de Direitos Humanos 3.320.228 3.487.536 3	.476.504 7.857.995 8.653.658	-76,0% -20,9%
Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei - Pró-SINASE 5.847.227 6.141.872 1 Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente 21.505.214 22.588.872 17 Gestão da Política de Direitos Humanos 3.320.228 3.487.536 3	.476.504 7.857.995 8.653.658	-76,0% -20,9%
a Lei - Pró-SINASE 5.847.227 6.141.872 1 Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente 21.505.214 22.588.872 17 Gestão da Política de Direitos Humanos 3.320.228 3.487.536 3	7.857.995 3.653.658	-20,9%
Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente 21.505.214 22.588.872 17 Gestão da Política de Direitos Humanos 3.320.228 3.487.536 3	7.857.995 3.653.658	-20,9%
Gestão da Política de Direitos Humanos 3.320.228 3.487.536 3	3.653.658	
	-	4,8%
Vivência e Iniciação Esporti va Educacional - Segundo Tempo 4.442.743 4.666.615		-100,0%
GEORGIA DA L'ESPECIA L'A DE POLÍTICA CHE PROMOCÍ O DE		
SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DE IGUALDADE RACIAL 26.287.376 27.612.010 42	2.633.769	54,4%
Apoio Administrativo 9.865.715 10.362.853 8	3.997.016	-13,2%
	0.310.669	-13,2% 82,5%
· ·	3.326.084	101,1%
Tromoção de Fondeas Ariamad vas para a igualdade Raciai 11.045.574 11.000.005 25	.320.004	101,170
SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES 73.770.422 77.487.750 75	3.849.029	-2,1%
Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes 300.531 315.675	250.000	-20,8%
	.293.644	-14,2%
·	.809.366	24,6%
•	.854.391	-22,2%
	.641.628	16,6%
	117100	220/
SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS 163.168.655 171.390.805 177	.115.189	3,3%
	.945.333	73,8%
Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito		
com a Lei - Pró-SINASE 53.864.741 56.579.012 53	3.369.600	-5,7%
·	5.556.054	153,9%
Garantia e Acesso a Direitos 20.646.317 21.686.695 14	.321.385	-34,0%
Gestão da Política de Direitos Humanos 4.951.501 5.201.010 3	3.023.955	-41,9%
Proteção a Pessoas Ameaçadas 28.456.607 29.890.550 32	2.054.964	7,2%
Apoio Administrativo 18.922.217 19.875.717 31	.353.108	57,7%
Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	96.000	
Nacional de Acessibilidade 2.308.306 2.424.623 3	3.239.663	33,6%
Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência 5.411.983 5.684.696 3	3.867.862	-32,0%
Reparação de Violações e Defesa dos Direitos Humanos 1.436.665 1.509.059 1	.519.833	0,7%
	2.319.886	1,1%
Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa 1.350.199 1.418.236 1	.447.546	2,1%
ARQUIVO NACIONAL 55.643.170 58.447.057 67.	314.950	15,2%
Parci Jâncio de Lectivos e Presionistos de União	040.922	15 40/
	3.949.832 3.365.118	15,4% 15,2%
Democratização do Acesso a informação Arquivistica Governamental 52.363.001 53.024.770 03	.303.116	13,270
MINISTÉRIO DA FAZENDA (Operações Oficiais de Crédito) 4.749.665.452 4.989.003.469 4.143	3.122.861	-17,0%
Desenvolvimento Sustentável de Projetos de Assentamento 1.223.370.290 1.285.016.531 881	.255.097	-31,4%
	5.517.245	-30,6%
ě	.850.519	18,4%
	0.000.000	-36,1%
	.500.000	1,1%
TOTAL GERAL 442.371.699.002 464.663.030.101 498.196 Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - Siafi/STN	5.829.550	7,2%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - Siafi/STN Elaboração: IPEA/DISOC

